

# HOSPITALIDADE E HISTÓRIA: IMIGRANTES NA CIDADE DE SÃO PAULO EM MEADOS DO SÉCULO XIX

*Sênia Bastos\**

**Resumo:** O século XIX foi marcado pelo processo de imigração de europeus para o Brasil. A Província de São Paulo foi o destino de muitos imigrantes, quer em direção às fazendas produtoras de café, localizadas no interior, quer pelas potencialidades existentes na sua capital. O conceito hospitalidade permite acompanhar a interação que se estabelece entre o visitante e a cidade, percorrer trajetórias em busca de melhores colocações no mercado de trabalho, possibilidades de acomodação, alimentação e lazer, sem perder de vista suas iniciativas comerciais, a circulação por diferentes espaços e grupos sociais. Este artigo tem por objetivo analisar algumas situações vivenciadas por imigrantes que vieram em busca de trabalho e a hospitalidade que os acolheu em meados do século XIX.

**Palavras-chave:** hospitalidade; imigração; cidadania

O porto mais próximo da capital da Província de São Paulo era Santos. A cidade portuária destacava-se economicamente; todavia, a presença de epidemias e as péssimas condições sanitárias do porto constituíam um entrave ao seu desenvolvimento e às aspirações de alguns, que pretendiam transformá-la em capital, substituindo a acanhada São Paulo dos estudantes<sup>1</sup>.

Ter por destino a cidade de São Paulo implicava alugar uma mula para subir a serra do mar pela calçada do Lorena. O caminho era sinuoso e íngreme. A intensa circulação de tropas em direção ao porto comprometia a pavimentação, expondo os viajantes a um trajeto extenuante após vagarosa travessia do oceano.

O tempo de travessia do Atlântico era longo, mas sofreu considerável redução em virtude da gradativa substituição das embarcações com a incorporação da propulsão a vapor. A partir dos anos 1850 os paquetes passam a predominar, em

---

\* Sênia Bastos, professora do Programa de Mestrado em Hospitalidade da Universidade Anhembi Morumbi, é doutora em História Social pela PUC-SP.

<sup>1</sup> São Paulo dos estudantes é o termo empregado pelo historiador Ernani da Silva Bruno ao se referir ao período da história da cidade marcado pelos efeitos da instalação da Faculdade de Direito (1828).

detrimento aos veleiros. Regularidade, rapidez e conforto converteram-se em adjetivos atribuídos aos paquetes, especialmente os de bandeira inglesa. (LEITE, 1999, p. 178)

Os nomes das embarcações que regularmente atracavam no litoral são sugestivos, com várias alusões femininas ou a seu país de origem: Amor da Pátria, Amizade, Barca Tentador, Bella Protuense, Camponesa, Caçadora, Favorita, Empreendedora, Hanover, Triumpho d'América, Theodore Eugene, Meck, Lusitana, Inglesa Flor Lei d'Liz, Hamburguesa Jonas, dentre outras.

Desconhecendo os referenciais e especificidades locais, ingleses, alemães, italianos, franceses e portugueses enfrentavam dificuldades de adaptação e de socialização na cidade. Diferentes níveis de hospitalidade podiam ser vivenciados em virtude de variáveis sociais, étnicas, de gênero, relações familiares ou referências a conhecidos.

Aspectos comerciais permeavam algumas relações de hospitalidade, tais como as oferecidas por Eugenio Frugali, no Hotel de Itália. Localizado na rua São Bento, tinha poucos concorrentes com semelhante classificação<sup>2</sup>. No mesmo logradouro Costa & Vieira mantinha uma casa de pasto, cuja função original é o fornecimento de alimentação, embora possamos inferir, em muitos casos, a prática de acomodação no mesmo ambiente. Hotéis, hospedarias, casas de pasto e restaurantes localizavam-se no perímetro central ou nas proximidades dos principais caminhos de acesso, mas era no Triângulo que se concentravam as casas mais disputadas e luxuosas. Os ranchos de tropeiros, por sua vez, localizavam-se em pontos estratégicos, nas principais estradas, sendo alguns próximos à cidade: além da acomodação, ofereciam área para pasto dos animais e local para depósito dos víveres transportados.

Predomina a assertiva de que o século XIX caracterizou-se pela hospitalidade familiar ou doméstica, ou seja, uma forma de acolhimento pautada por relações de reciprocidade e/ou de generosidade do anfitrião. Os paulistanos tinham aversão aos estrangeiros, pouca disponibilidade de leitos, em locais mal estruturados, nos quais os hóspedes eram mal vistos, bem como aqueles que por ali circulassem em busca de repasto. Não era de bom tom hospedar-se em hotéis ou hospedarias e, sim, acomodar-se na residência de conhecidos. Poucos estudos podem ser referendados no sentido de pesquisar quer o aspecto doméstico ou comercial da hospitalidade na cidade de São Paulo no período. Todavia, cabe destacar a vinda de franceses que se estabelecem em meados dos anos 1850 com negócios claramente destinados à acomodação de pessoas, numa alusão a uma certa especialização dessa etnia no setor. João Peyre chegou ao Brasil em 1839, transcorrida uma década transferiu-se para São Paulo, fixando-se na região da Glória com uma hospedaria. Pedro Vassel apresenta uma trajetória semelhante, tendo se estabelecido como hospedeiro na rua da Quitanda.

<sup>2</sup> As dificuldades de distinção das atividades praticadas por casas de pasto, tabernas, estalagens, hospedarias e hotéis no século XIX é identificada por Belchior (1987).

Apesar da multiplicidade de atividades, tendo em vista a falta de especialização que caracteriza a atividade comercial no período, bilhares, botequins, cocheiras, confeitarias, hotéis, hospedarias, lojas de roupas e de jóias, livrarias e teatros são identificados nas listas de pagamentos de impostos, com proprietários nitidamente de origem europeia atraídos pelas possibilidades de ocupações urbanas incrementadas com a economia cafeeira.

As oportunidades reinantes, quer como empresários, negociantes ou trabalhadores, eram divulgadas além-mar. Desprovidos de recursos para emigrar, muitos chegavam a contrair dívidas com o comandante da embarcação, espécie de agenciador de mão-de-obra, para chegar ao Brasil, o que permite a indagação: que tipo de hospitalidade era oferecida à pessoa que tinha seu destino negociado pelo comandante com seu futuro empregador?

Tal sistema estimulava uma relação de dependência do imigrante, quer com relação ao comandante da embarcação, quer com aquele que o contratava. A dívida contraída no transporte era saldada pelo empregador, colocando o imigrante, desde o início, em uma situação de submissão ao seu patrão: nada recebia até indenizá-lo, compartilhando com este e sua família alimentação e moradia, vivenciando assim as mesmas condições do empregado doméstico e do escravo, sem delimitação de horas de trabalho diário ou de atribuições. Cabe chamar a atenção para aspectos referentes à questão do trabalho em uma sociedade de mentalidade escravista e suas implicações.

Ter seu destino aleatoriamente definido por terceiros não se configurava em situação favorável, como podemos perceber com relação aos imigrantes alemães, agenciados em seu país de origem para prestar serviços para a província de São Paulo. Contratados para realizar a pavimentação e a abertura de algumas estradas no interior, vieram com passagens subsidiadas<sup>3</sup>.

Recursos previstos na Lei de Terras, de 1850, visavam a imigração de profissionais para realizar obras dirigidas pelo poder público (ROLNIK, 1997, p. 23). Os mais conhecidos, porém, são aqueles canalizados para a substituição da mão-de-obra escrava nas fazendas do interior. Na Província de São Paulo a primeira tentativa de colonização, com alemães, ocorreu em 1829, nos municípios de Santo Amaro e Itapeverica<sup>4</sup>. Tratava-se de uma iniciativa baseada na produção agrícola em pequena propriedade, sob regime de colonato. A experiência redundou em fracasso, tanto pela natureza do solo quanto pela falta de investimentos do governo na manutenção do projeto ou ainda problemas de adaptação dos imigrantes. O isolamento a que

<sup>3</sup> O engenheiro A. Martin d'Estaden propôs-se trazer para a província trabalhadores europeus para o serviço nas estradas, mediante passagens subsidiadas pelo governo, conforme prescrevia a Lei de Terras de 1850, em seu artigo nº 18 (Ordem 900, 1854).

<sup>4</sup> O atual bairro de Santo Amaro, localizado na região sul da cidade, constituía um município autônomo incorporado à cidade de São Paulo após a Revolução Constitucionalista de 1932, durante o governo Vargas. Itapeverica manteve-se como município e hoje constitui uma espécie de bairro dormitório.

foram submetidos resultou na sua dispersão para áreas urbanas ou demais regiões produtoras de gêneros agrícolas (FOUQUET, 1974, p. 43).

Mesmo antes dos grandes projetos de colonização, já havia em São Paulo, cidade com cerca de trinta mil habitantes e espremida entre o Anhangabaú e o Tamanduateí, muitos ingleses que trabalhavam na São Paulo Railway ou exerciam comércio de ferragens e tecidos, assim como alemães e suíços, também comerciantes. Estavam aí anglicanos, luteranos e, possivelmente, alguns calvinistas, que tinham dificuldades para praticar sua religião numa terra com religião oficial católica (MENDONÇA, 1993, p. 140).

O comércio configurava-se uma das principais áreas de atuação. Estabelecido por conta própria, associado ao negócio de contrerâneos ou parentes, empregando-se como caixeiro ou negociando mercadorias pelas ruas, diferentes nacionalidades podem ser identificadas. Adaptando-se às possibilidades de trabalhos vigentes, observam-se agricultores nas cercanias da cidade, incorporados à produção de alimentos destinada ao seu abastecimento. Refugiados políticos, ex-militares, pequenos empresários e profissionais especializados, cujo ofício podia ser desempenhado em pequenas tendas, eram de origem alemã e francesa. Destacaram-se a grosso modo, nas ocupações que requeriam determinadas habilidades: alfaiate, carpinteiro, chapeleiro, ferreiro, marceneiro, padeiro, pedreiro, sapateiro, seleiro, tanoeiro, fabricantes de charutos, chapéus e licores. Percebe-se a incidência de endereços comuns para moradia e trabalho, o que poderia significar a concentração de atividades diferenciadas em um único endereço, no qual habitavam membros de um mesmo grupo étnico.

A migração transatlântica enquadrava-se num movimento mais geral de circulação de mercadorias, mão-de-obra e capital, que simultaneamente exigia e estimulava contatos diplomáticos e culturais. Tudo isso ajudava a manter redes de transporte e informação, para além de contatos pessoais, que podiam ser usados pelos potenciais emigrantes. A repetição de referências de origem diversa e por diversas formas ao Brasil e suas condições de trabalho tornavam próxima essa terra distante, reduzindo a desconfiança e a incerteza, tornando aceitável o risco de partir em busca de melhoria de vida (LEITE, 1999, p. 185).

No largo da Sé havia uma alfaiataria cujos trabalhadores declararam-se prussianos. Aparentemente não possuíam nenhum parentesco, podendo ter se reunido, pela presença de laços de solidariedade ou por conveniência econômica. Eram eles Michael Thonnes, Stephen Ehser, Jeronymo Museler e Nicolaus Dillrich, alfaiates, Jose Becker, negociante, Leonard Kroger, marceneiro, e Ana Maria Morgen, criada<sup>5</sup>. Na Ponte do Lorena nº 12 reuniam-se os ingleses Ricardo Hopkins Skardon,

<sup>5</sup> Os registros de mulheres sozinhas, como o da criada Ana Maria Morgen, são raros. Nas análises de passaporte, realizadas por Joaquim da Costa Leite (1999, p. 195), foram identificados "vários casos de mulheres solteiras, que emigravam com um filho pequeno", ou associados à prostituição, conforme estudos realizados por Lená Medeiros Menezes (1994, p. 48).

funileiro, James Johuson, caixeiro, Fanny Holpkeins Heat e Mary Holpkeins Heat, costureiras. Enquanto na Ponte do Piques nº 1 localizava-se outra residência de prussianos: os padeiros Adolfo Eger, Peter Schneider e Johann Loskill, o negociante Leonardo Loskill e o caixeiro Jose Krauser (Ordem 1485, s.d.).

A prosperidade econômica alcançada por Johann Loskill pode ser percebida no livro referente ao pagamento de impostos municipais. Em uma década, tornou-se proprietário de dois estabelecimentos comerciais; o na rua do Comércio congregava as atividades de refinaria, bilhar e confeitaria e o outro, na rua do Brás, era definido como estabelecimento de Secos & Molhados (PAPÉIS AVULSOS, 1866, v. 1, f. 94).

Os títulos de residência de imigrantes revelam a concentração de portugueses no ofício de caixeiros. Predominantemente jovens e solteiros, residiam no perímetro central – ruas do Rosário<sup>6</sup>, do Comércio<sup>7</sup>, da Quitanda e Direita – onde também se concentravam as principais atividades comerciais da cidade. Outras importantes ruas comerciais apresentavam maior diversidade étnica, é o caso da São Bento, Ouvidor<sup>8</sup> e Príncipe<sup>9</sup>.

A denominação caixeiro englobava uma gama de atividades: desde a experiência de aprendizado, tarefas de atendimento, conservação da loja, venda no balcão ou nas ruas, cobranças, serviço de escritório e escrituração. Ao caixeiro não era facultado um dia de descanso. A coincidência de local de trabalho e habitação colocava-o à disposição do patrão o tempo todo: "habitavam cômodos pequenos, pouco arejados e às vezes até mesmo no próprio local onde efetuavam as vendas". Essa coabitação possibilitava ao empregador total controle sobre sua vida. "Estabelecia-se, portanto, entre patrão e empregado uma relação na qual os limites da autoridade do comerciante sobre o caixeiro eram medidos pela sua própria vontade e consciência" (MARTINHO, 1993, p. 40 e 42).

Nem todo imigrante tinha emprego garantido, como o oferecido aos trabalhadores especializados, especialmente contratados na Inglaterra para efetivação da malha ferroviária, ligando a capital ao Rio de Janeiro, Santos e cidades do interior. Muitos acabaram vivenciando situações de miséria, dadas as dificuldades de adaptação e de oportunidades de trabalho em condições semelhantes às quais estavam habituados na Europa. Motivação decisiva para retornar ao país de origem ou reemigrar em direção à Argentina ou Estados Unidos, cujas condições oferecidas aos recém-chegados eram mais favoráveis<sup>10</sup>.

Conrad Thomas descreve o estratagema que permeava a contratação de trabalhadores destinados à realização de obras públicas, com passagem subsidiada pelo governo da província de São Paulo.

<sup>6</sup> Atual rua XV de Novembro.

<sup>7</sup> Atual rua Álvares Penteado.

<sup>8</sup> Atual rua José Bonifácio.

<sup>9</sup> Atual rua Quintino Bocaiúva.

<sup>10</sup> Apesar de não se aprofundar, Lígia Osório Silva (1996) afirma que os Estados Unidos e a Argentina ofereciam melhores condições e atrativos do que os existentes no Brasil.

A promessa de se estabelecer no Novo Mundo executando seu ofício em uma situação de pleno emprego atraiu o mestre calceteiro alemão. As oportunidades de trabalho nas obras de abertura e pavimentação de estradas realizadas com recursos públicos logo se mostraram restritas, uma vez superado o ímpeto inicial nesta política de criação de estradas e a falta da renovação de investimentos no setor.

Abandonado à própria sorte, com dificuldades de se comunicar com os trabalhadores nacionais e de se adaptar à tecnologia empregue na pavimentação, Conrad Thomas convertera-se à situação de devedor dos recursos antecipados pelo governo provincial para as despesas de viagem da Alemanha à província de São Paulo.

Na Allemanha foi contractado na propriedade de Mestre calçeteiro, servindo aqui na Provincia o Governo em diferentes pontos e a ultima vez na rua da Gloria; por feitoria do nosso Director o Snr. Dr Carlos Rath, servia ainda como pedreiro, porem não como calceteiro que hé meo verdadeiro e unico officio que aprendi, porem tambem nos ultimos dias accabarão as obras de pedreiro no tanque da Zunega e no lava pé,

Não podendo trabalhar em meo proprio officio no qual eu só pode trabalhar, sem me envergonhar, e como eu ouve o governo não tem serviço desta qualidade, peça o Exmo. Governo de me dar licença por pode procurar no qualquer outro lugar serviço proprio para mim, porque eu contracte para esta terra estranha e longe de meu patria, na esperança de ganhar alguma cousa e não cahir em huma miseria mais triste que possivel, par não poder entender-me com os brasileiros. Eu não preferio de evadir-me como outros faser, quero sahir com uma cara franca como entré no brasil. O Governo sem duvida não me quer condemnar a fome e a miseria em pouco tempo, por ter acreditado as estipalações no meo contracto com o Governo e as esperanças illusorias que fizer os emissarios do Governo de São Paulo, no momento de nos serem contractados. (PAPÉIS AVULSOS , 1856, v. 1, f. 165)

Negava-se a seguir o exemplo de compatriotas, evadindo-se das obras, fugindo às cláusulas contratuais e do ressarcimento da dívida.

Coagido a realizar atividades não condizentes à sua qualificação, tornou clara sua insatisfação e constrangimento com a situação vivenciada. Mestre calceteiro na Alemanha, sua especialização profissional o dignificava, diferenciando-o dos demais, habilitando-o a se dirigir às autoridades para reivindicar uma solução imediata, pois se via na iminência de cair em miséria.

Apesar de sua sugestão, ser dispensado da dívida para contratar serviços em outras localidades, o presidente da província encaminhou sua petição à edilidade, indagando se não havia a possibilidade de destinar os operários contratados pela província de São Paulo para realização de obras da própria Câmara (PAPÉIS AVULSOS, 1856, v. 1, f. 163).

Convocado a prestar esclarecimentos sobre o assunto, o engenheiro Carlos Rath emitiu o seguinte parecer:

Há muito tempo que eu penso não ser possível ao governo dar serviço a certos engajados cujo officio e de simples canteiros ou dos que são canteiros para obras da architectura. Por isso usando de minha influencia entre os allemães consegui que os mestres trabalhassem como simples officiaes posto que isso não farião na Allemanha, hoje porem não tenho obras em que assim os posso empregar (PAPÉIS AVULSOS, 1856, v. 1, f. 164).

O engenheiro destaca a ausência de obras sob sua supervisão na qual pudessem empregar os mestres e canteiros alemães. Critica o desvio de função e o encarecimento das obras decorrente dessa estratégia, como a realizada na rua Direita, pois tais vencimentos eram superiores aos de simples oficiais.

Com uma visão estrutural das condições tecnológicas e da especialização técnica dos trabalhadores disponíveis na cidade, visando conferir aos mestres uma atividade compatível à sua formação, cuja auto-estima se encontrava abalada, Rath sugeriu a permanência destes na cidade para atuarem na formação e treinamento dos profissionais do setor. Indiretamente, essa medida promoveria a melhoria da pavimentação das ruas, tendo em vista as dificuldades de “fazer calçadas boas, methodiguas e duraveis” (PAPÉIS AVULSOS, 1856, v. 1, f. 164). Essa estratégia reverteria ainda na valorização dos profissionais aqui radicados, habituados na Alemanha a uma forma de corporação que incentivava a formação e treinamento de aprendizes.

Pressionado, Rath incorporou os mestres e oficiais alemães nas obras municipais sob sua supervisão. A estratégia logo se revelou inadequada. A proporção de trabalho oferecida era maior do que as necessidades reais. Logo o mestre Thomas demonstrava insatisfação, requerendo liberdade para incorporar-se às obras que não se encontravam sob supervisão do engenheiro.

Rath, constrangido, recorreu expondo a situação delicada na qual se encontrava, sempre valorizando o comportamento ético de Conrad Thomas.

Mestre Thomas quer cumprir o seu contracto e pensa trabalhar em cousa que não ajuster, não me he possivel mette-lo em feria, nem he justo deixal-o em miseria, porque não falta a suas obrigações ajustadas com boa fé. Acho-me portanto em igual embaraço com o governo de não poder dar occupação a tais mestres na forma de seus contractos. (PAPÉIS AVULSOS, 1856, v. 1, f. 164)

Solidário às condições vivenciadas pelos compatriotas, Carlos Rath procurou alertar as autoridades sobre as dificuldades materiais enfrentadas pelos profissionais. Sugeriu a incorporação do mestre Thomas nos trabalhos de pavimentação sob supervisão da Câmara ou no seu retorno à Alemanha, anistiando sua dívida a ser ressarcida mediante o desconto da quinta parte dos proventos auferidos.

Neste caso creio que era o Governo em fazer doação da passagem ao mestre Thomas e aos que se achão em iguaes circunstancias e queirão ir livremente procurem sua vida, onde melhor lhes convenha (PAPÉIS AVULSOS, 1856, v. 1, f. 187).

Transcorridos quatro anos, Conrad Thomas permanecia na cidade. Arrematara a obra de calçamento do Beco da Lapa, conforme pôde se observar no recibo de pagamento realizado pela Câmara. As petições acabaram resultando positivas, possibilitando a Thomas a iniciativa de prestar serviços como empresário do setor de pavimentação (PAPÉIS AVULSOS, 1860, v. 2, f. 81).

Tendo vivenciado situação semelhante à do mestre Thomas, o também alemão Frederico Riedel negou-se a permanecer nas obras da estrada de Santos<sup>11</sup>. (PAPÉIS AVULSOS, 1857, v. 2, f. 142). Os trabalhadores alemães contratados pelo governo provincial foram encaminhados para a Colônia de Itapura. Pode-se inferir que tal medida fora adotada no sentido de minimizar a insatisfação dos imigrantes com as condições de trabalho da estrada de Santos e com a hospitalidade reinante. Outros acabaram se estabelecendo na capital como prestadores de serviços nesse setor. Christian Enders apresentou proposta de calçamento da rua da Consolação. Já o aterrado da Moóca foi realizado por Henrique Haas, Henrich Hunns, Jacob Zollner, Carlos Envisfort, Chistiano Haagen e Jacob Berg, em 1862. Para a rua Tabatinguera, Christian Sieguist apresentou uma proposta de calçamento com sistema Montalambert<sup>12</sup>. Seu projeto foi cotejado com as propostas de Luis Pereira Machado e Valentim Kanz, mas foi arrematada por este último (PAPÉIS AVULSOS, diversos anos).

Conrad Thomas não foi o único imigrante a manifestar sua insatisfação com a precisão dos termos contratuais adotados pelo poder público. Arrematante de uma obra pública no âmbito municipal, o mestre Valentim Kans<sup>13</sup> contratou a execução do aterrado e reparos da ponte dos Lázarus<sup>14</sup>.

Durante a realização das obras, surgiram as primeiras dificuldades. Era-lhe vedada a utilização de terra das cercanias para construção do aterro, fator que implicou a contratação de carroceiros para o transporte de terra de outras paragens, significando custos adicionais não previstos no orçamento inicial, cujo prejuízo seria do arrematante, tendo em vista a impossibilidade de revisão do valor do contrato.

O suppe. vem representar a Vas. Sas. que elle se acha enormemente prejudicado, já porque como he sabido, contava fazer os aterrados com terras que alli se achão proximas, não sabendo que dellas não se poderia utilizar, do que só teve sciencia depois de contratadas as obras e tambem por que o suppe

<sup>11</sup> Cabe apontar a coincidência de datas das reclamações dos imigrantes incorporados aos trabalhos da estrada de Santos e a edição do Restrito de Heydt, cujo objetivo era proibir a saída de emigrantes prussianos para o Brasil, especialmente para a Província de São Paulo, em decorrência das denúncias sobre as condições de trabalho dos que viviam sob regime de parceria, restrições à liberdade religiosa, culminando com o relato sobre a revolta dos parceiros da fazenda Ibicaba, por Thomas Davatz. A restrição foi mantida após a unificação da Alemanha em 1871. Inglaterra e França adotaram políticas de restrição de emigração para o Brasil em 1875 e 1876 (DIÉGUES JR., 1964, p. 46); (SEYFERTH, 1994), (WITTER, s.d. p. 64).

<sup>12</sup> A rua Tabatinguera dava acesso ao Matadouro Municipal (PAPÉIS AVULSOS, 1857, v. 1, f. 182 e 234).

<sup>13</sup> O nome de Valentim Kans encontra-se grafado na documentação, com a variação Kanz.

<sup>14</sup> A ponte dos Lázarus ficava sobre o Tamanduatei, na região da Luz.



pouco inteligente na linguagem nacional não compreendeu bem a frase “*ficando em todo o caso*, de que se usou nos artigos do Contracto, fallando da altura dos aterrados, sendo certo que semelhante disposição deixa hum arbitrio tal contra o Suppe. que o obriga ao mais injusto prejuiso, porque desde que se marcou em algarismos os limites das alturas dos aterrados, jamais se devera depois diser, que taes alturas *ficarião em todo o caso* com o nivel das pontes (...) o que serviu para comprimir e prejudicar ao Suppe. que na maior boa fé assignou aquelle contracto (PAPÉIS AVULSOS, 1862, v. 5, p. 106).

A altura do aterrado, aplicada pelo arrematante, não ficou em conformidade com as expectativas municipais. Kans foi constrangido a elevá-lo sob pena de rescisão do contrato. Tais alterações oneraram a obra, motivando a petição na qual expressou sua insatisfação.

O imigrante Valentim Kans mal dominava o idioma que o contrato fora redigido, foi vítima, por ambigüidades dos termos empregados, apesar de já ter contratado outros serviços com a edibilidade. Mestre pedreiro realizou o nivelamento da rua do Carmo, reparos no encanamento do Beco de São Francisco e obras de canalização de trecho do rio Tamanduateí.

No caso dos profissionais do setor de pavimentação, a responsabilidade por sua acomodação e o não cumprimento dos contratos estabelecidos previamente é do próprio governo provincial. De uma forma geral, pode-se apontar certa omissão do poder público, quer por não fiscalizar a ação dos agenciadores na Europa, quer por não assisti-los de forma adequada no Brasil, ou ainda por não vistoriar regularmente as áreas nas quais se instalaram (HOLLANDA, 1996), (SEYFERTH, 2000).

As dificuldades de adaptação eram agravadas pela insatisfação decorrente do não cumprimento de expectativas criadas ainda no país de origem. Os agenciadores divulgavam possibilidades de trabalho infinitas, cujos rendimentos reverteriam em rápido enriquecimento dos que desejassem emigrar. Essa idealização revertia na redução do senso de crítica do imigrante, depositava-se uma “confiança ilimitada nos recursos do país novo”, resultando em uma “desilusão crescente em face das contrariedades” estabelecidas no cotidiano (HOLLANDA, 1996, p. 16).

As expectativas de conseguir melhor condição econômica, muitas vezes, não se verificavam, reduzindo-os à situação de miséria semelhante à vivenciada por nacionais pobres e ex-escravos (MENEZES, 1994, p. 53-4). Aliada à restrição religiosa, prevista na Constituição e ao complexo processo de ajustamento à nova cultura, eram desestimulados a aqui permanecerem. Organizaram-se para melhor vivenciar a adversidade.

O Clube Germânia contava com cerca de duzentos sócios em 1891.<sup>15</sup> Suas instalações na rua do Príncipe<sup>16</sup> são descritas por Carl von Koseritz (1980):

<sup>15</sup> Instituições com objetivos semelhantes podem ser localizados no Rio de Janeiro e Campinas, neste mesmo período.

<sup>16</sup> Atual rua Quintino Bocaiúva.

A sede não é muito vistosa, mas é ampla e agradável e contém, além da sala de refeições, uma biblioteca, uma sala de jogos, uma sala com dois bilhares e uma sala de leitura, em cuja mesa se acham os mais importantes jornais e revistas alemãs assim como diversas folhas brasileiras do Rio e de São Paulo. A biblioteca possui mais de 3.000 volumes alemães de primeira ordem e faz realmente honra à sociedade (p. 262).

A colônia alemã da cidade de São Paulo totalizava cerca de duas mil pessoas.<sup>17</sup> Três escolas destinavam-se à educação das crianças dessas famílias: a Escola Alemã, Escola Popular Alemã e Escola Teuto Brasileira<sup>18</sup>. Para leitura dispunham do periódico alemão *Germânia*, que circulava por iniciativa do engenheiro e empresário Albert Kuhlmann<sup>19</sup>.

Criada em 1868, a Sociedade Alemã Germânia destinava-se ao “recreio, canto e propagação de conhecimentos gerais e úteis, principalmente de conhecimentos industriais, por meio de jornais, discursos e de uma biblioteca”<sup>20</sup>. Localizada inicialmente na rua São João esquina com rua Formosa, foi transferida para a rua do Príncipe quatro anos depois. Ao mesmo tempo em que se destinava à coesão do grupo étnico, convertia-se em instrumento de pressão a fim de inibir a aglomeração de vendedores ambulantes de origem turca nas proximidades da sede. Os sócios do Germânia requereram providências no sentido de coibi-la<sup>21</sup>:

(...) contra a aglomeração de turcos ou mercadores ambulantes que se reúnem todos os dias nos passeios do prédio... Tal aglomeração é prejudicialíssima não só para os sócios e famílias que frequentam o club como também para o publico, pois, serve unicamente de atractivo a vagabundos que occupando os passeios da rua costumam practicar actos reprováveis pronunciando constantemente palavras contrarias a moral (PAPÉIS AVULSOS, 1891, v. 1, s.n.).

A presença dos vendedores atraía para o local vagabundos e os potenciais consumidores dos produtos ali comercializados solicitaram medidas para evitar o “ajuntamento que muito mal attesta do progresso e adiantamento desta Capital”, comprometendo sua entrada.

<sup>17</sup> A expressão colônia alemã é também empregada para designar comunidades urbanas na literatura teuto brasileira (SEYFERTH, 2000, p. 12).

<sup>18</sup> A Escola Alemã, na rua Florêncio de Abreu, era mista e adotava um programa de ensino semelhante ao de uma similar alemã. A Escola Popular Alemã localizava-se na rua 25 de Março, enquanto a Teuto Brasileira, na rua Duque de Caxias. Essas escolas se encontram citadas no Almanaque de 1888 (KOTHE, 1987).

<sup>19</sup> O empresário e engenheiro Albert Kuhlmann realizou diversos projetos de engenharias. Seu empreendimento mais conhecido foi o *tranway*, ligando a capital a Santo Amaro. O primeiro exemplar do *Germânia* circulou em 1878, cinco anos depois passou a ser editado por Trebitz. Em 1889, H. Grobel criou o *Freie Presse*, do qual era o editor, sua denominação foi alterada para *Deutsch-Brasilianische Presse*, transcorridos dois anos (KOTHE, 1987).

<sup>20</sup> Carlos Rath ocupou a presidência da Sociedade logo após a sua criação (MARTINS, s.d., p. 118).

<sup>21</sup> O termo turco é atribuído aos imigrantes sírios e libaneses, pois esses países faziam parte do Império Otomano até a Primeira Guerra Mundial e seus habitantes possuíam passaporte turco (TRUZZI, 1999, p. 315).

Dedicando-se a atividades ambulantes, os turcos disputavam eventuais pontos de venda com imigrantes de diversas etnias.

Na verdade, aquilo que marcou e imortalizou a imagem dos turcos em qualquer dessas regiões foi a dedicação, seja nas zonas urbanas ou rurais, a atividades comerciais, iniciadas em geral com a mascateação (TRUZZI, 1999, p. 315-16).

Cabe ressaltar o número expressivo de imigrantes cuja atividade inicial consistiu do comércio ambulante, transferindo-se posteriormente para estabelecimentos comerciais, quer como proprietário, sócio, vendedor, caixeiro ou arrendatário.

Munidos de licença para mascatear quinquilharias, os turcos Abraham Bugiditté, Maria Bugiditté e João Joseph solicitaram permissão para comercializar seus produtos no interior do Mercado.

A V. S. parecerá estranho o pedido, visto como a ninguém tem sido até o presente recusada a entrada no mercado, mas os peticionários são *turcos* – e contra estes tudo é permitido, até mesmo a ressurreição da pena d’agoa e de fogo dos romanos se tanto aprouver à phantasia de qualquer autoridade arbitrária: eis a única razão da proibição feita aos peticionários de entrarem no mercado (PAPÉIS AVULSOS, 1888, v. 12, f. 64).

Alegaram desconhecer o motivo de tal restrição, sugerindo a prática de discriminação étnica. Todavia, o despacho do administrador é claro: não foram proibidos de entrar no mercado, apenas não dispunham de licença para comercializar no local, pois esta se destinava à venda pelas ruas.

O que não é permitido aos mesmos é a venda de quinquilharias ocupando lugar no mercado porque esse direito não lhes dá a licença que bem dis: mascatear quinquilharias. Estando o mercado pequeno para receber importadores, tropeiros, negociantes e quitandeiras que possuem legítimo direito de estabelecimento aqui será dificultar ainda mais a estes com acumulação dos peticionários que não passam de mercadores ambulantes (PAPÉIS AVULSOS, 1888, v. 12, f. 64).

Localizado na várzea do Tamandateí, no final da rua Municipal,<sup>22</sup> o Mercado era o principal ponto de venda de gêneros alimentícios, atraía muitos ambulantes, devido ao índice de freqüentadores diários. Mantendo o sistema de locação de quartos, a edilidade emitia licenças para quitandeiras desejosas de comercializar produtos hortifrutigranjeiros sob as arcadas do prédio. Os pequenos produtores, também chamados caipiras, reuniam-se do lado de fora, evitando, assim, o pagamento de taxas.

“Cidadãos italianos negociantes ambulantes” também foram impedidos de comercializar no interior do Mercado. Recorreram à edilidade com a mesma argumentação: discriminação étnica. Fiéis cumpridores das exigências municipais encaminharam uma petição justificando possuírem licenças e impostos pagos, “tanto

<sup>22</sup> Atual rua General Carneiro.

para o seu commercio como para ter carrocinha para a condução de generos, convenientemente aferida”. Tratava-se de trabalho lícito e honesto:

(...) se vêem coactos pelos guardas fiscais da Intendência que os tem impedido de praticarem actos licitos de seu commercio, não permitindo que os requerentes estacionem com as suas carroças nas proximidades da Praça do Mercado desta Capital, onde fazem provisão de gêneros para o seu commercio, e onde precisão collocar-as para carregal-as de mantimentos que comprão nas casas de Commercio circunvizinhas ao mesmo Mercado (PAPÉIS AVULSOS, 1891, v. 7, f. 33).

Alegando perseguição injusta e ofensiva dos fiscais, os petiçãoários denunciaram que a outros era permitido o que para eles era negado. Aos suplicantes não era possível “estabelecerem-se em frente à Praça do Mercado alinhados... impondo os guardas fiscais que ellas vão estacionar na varsea, do outro lado do rio Tamanduathey” (PAPÉIS AVULSOS, 1891, v. 7, f. 33).

A proibição de estacionar nas proximidades dificultava as compras e a condução dos produtos até a carroça. O regulamento era-lhes aplicado com maior rigor do que a outros negociantes. Compras podiam ser realizadas no horário restrito aos atacadistas, possibilitando assim melhores produtos e custos a determinados comerciantes.

(...) para eles não há hora para comprar, prohibição essa tão revoltante e injusta quanto ella não é igual pois negociantes ha que fazem largas provisões de generos alimenticios na praça para seus negócios e o que é mais odioso ainda, mesmo antes das 10 horas da manhã (PAPÉIS AVULSOS, 1891, v. 7, f. 33).

Expondo a existência de privilégios reivindicaram igualdade de direitos, liberdade para comerciar e estacionar nas proximidades, justificando que:

(...) seria attentar contra a liberdade de tal commercio obstacular as compras de generos, uma ves que os requerentes, não sendo agricultores, não os produzem, sendo apenas intermediários entre a produção e consumo, e o transporte vedando que as suas carroças estacionem nos lugares necessarios para receberem a provisão de gêneros, como todas as outras estacionão (PAPÉIS AVULSOS, 1891, v. 7, f. 33).

Os indícios apontados pelos suplicantes sugerem a existência de práticas de atravessamento no interior da Praça do Mercado, prerrogativa desejada por todos e denunciada com certa constância ao longo de sua existência.

Interesses conflitantes são apresentados nas petições de alemães, turcos e italianos. As dificuldades de adaptação às condições de trabalho são relatadas individualmente pelos alemães, mas o cotidiano também era afetado por questões religiosas aos que não professavam a religião oficial, ou seja, a religião católica apostólica romana.

Dedicando-se a atividades comerciais, interesses conflitantes caracterizam suas petições. Denunciam práticas de atravessamento ou assumem publicamente sua participação na ação da especulação de gêneros; relatam suas dificuldades de adaptação às condições de trabalho; resistem ao cumprimento de normas; furtam-se ao controle fiscal.

As representações encaminhadas por não católicos requerendo liberdade de culto extrapolam a instância municipal, evidenciando a presença de solidariedade entre os diferentes grupos étnicos, que se coloca acima das diferenças religiosas. Reivindicam a alteração da legislação, cujo alcance afetaria a vida de habitantes de todo o país. Essa busca por igualdade de direitos torna clara sua expectativa de permanecer no país, de “fazer a América”.

O conceito de hospitalidade que fundamentou a análise buscou não reduzi-lo às formas de hospedagem e de restauração vigentes no século XIX, mas em abordar o processo de adaptação e dificuldades vivenciadas pelos imigrantes a essa problemática. Nota-se a interação que se estabeleceu com a cidade: dificuldades iniciais foram superadas com a coesão do grupo: organizaram-se em domicílios comuns, sociedades comerciais, de auxílio mútuo e/ou culturais.

Ao acompanharmos suas trajetórias percebemos sua adaptação ao processo de gestão da cidade, em diferentes instâncias. Incorporaram as estratégias simbólicas reinantes, reproduzindo-as no cotidiano a fim de garantir sua sobrevivência, transformando adversidades em hospitalidade para aqueles que aportaram depois.

## FONTES

Declaração de estrangeiros. Ordem 252, AESP, manuscritos, s. d.

Ordem 900, caixa 105, AESP, manuscritos, 1854.

Ordem 466. Livro manuscrito custodiado pelo AHMWL, 1877 a 1886.

Papéis Avulsos. Coleção manuscrita custodiada pelo Arquivo Histórico Municipal Washington Luís, diversos anos.

Portaria para viajar e título de residência de estrangeiros (1842-1855). São Paulo, Polícia de São Paulo. Ordem 1485, AESP, manuscrito.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BASTOS, Sênia. *A cidade por seus moradores: ação e participação dos moradores na administração da cidade de São Paulo na segunda metade do século XIX*. 2001. Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

BASTOS, Sênia. *Na Paulicéia por conta própria (1870-1886)*. 1996. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

BELCHIOR, Elysio de Oliveira. *Pioneiros da hotelaria no Rio de Janeiro*. São Paulo: Senac, 1987.

- DIAS, Célia Maria de Moraes (Org.). *Hospitalidade: reflexões e perspectivas*. São Paulo: Manole, 2002.
- DIÉGUES JR., Manuel. *Imigração, urbanização e industrialização: estudo sobre alguns aspectos da contribuição cultural do imigrante no Brasil*. Rio de Janeiro: Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, 1964.
- FOUQUET, Carlos. *O imigrante alemão e seus descendentes no Brasil, 1808-1824-1974*. São Paulo: Instituto Hans Staden, 1974.
- GRINOVER, Lúcio. Hospitalidade: um tema a ser reestudado e pesquisado. In: DIAS, Célia Maria de Moraes (Org.). *Hospitalidade: reflexões e perspectivas*. São Paulo: Manole, 2002.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Breves reflexões sobre o problema da imigração urbana: o caso dos espanhóis no Rio de Janeiro (1880-1914). *Acervo*, Rio de Janeiro, v. 10, n. 2, 1997.
- HOLLANDA, Sérgio Buarque de. *Livro dos prefácios*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- KARASTOJANOV, Andréa Mara Souto. *Vir, viver e talvez morrer em Campinas*. Campinas: Unicamp, 1999.
- KOSERITZ, Carl von. *Imagens do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.
- KOTHE, Mercedes Gassen. *O imigrante alemão na província de São Paulo, 1880-1889: opiniões dos jornais da época*. 1987. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- LEITE, Joaquim da Costa. O Brasil e a imigração portuguesa (1855-1914). In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 1999.
- MARTINHO, Lenira Menezes; GORENSTEIN, Riva. *Negociantes e caixeiros na sociedade da Independência*. Rio de Janeiro: PCRJ, 1993.
- MARTINS, Antonio Egidio. *São Paulo antigo*. São Paulo: Conselho Estadual de Cultura, s.d. p. 118.
- MENDONÇA, Antonio Gouveia. Protestantes na diáspora. In: DREHER, Martin N. *Imigrações e história da igreja no Brasil*. Aparecida: Santuário/Cehila, 1993.
- MENEZES, Lená Medeiros. *Indesejáveis: desclassificados da modernidade, protesto, crime e expulsão na capital federal (1890-1930)*. 1994. Tese (Doutorado) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ROLNIK, Raquel. *A cidade e a lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo*. São Paulo: Studio Nobel, 1997.
- SEYFERTH, Giralda. A identidade teuto-brasileira numa perspectiva histórica. In: MAUCH, Cláudia; VASCONCELLOS, Naira. *Os alemães no sul do Brasil: cultura – etnicidade – história*. Canoas: Ulbra, 1994.
- SEYFERTH, Giralda. A imigração alemã no Rio de Janeiro. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Histórias de imigrantes e de imigração no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2000.
- SILVA, Ligia Osório. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de terras de 1850*. Campinas: Unicamp, 1996.
- TRUZZI, Oswaldo M S. Sírios e libaneses e seus descendentes na sociedade paulista. In: FAUSTO, Boris (Org.). *Fazer a América*. São Paulo: Edusp, 1999.
- WALKER, John R. *Introdução à hospitalidade*. São Paulo: Manole, 2002.
- WITTER, José Sebastião. *A revolta dos parceiros*. São Paulo: Brasiliense, s.d.